



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

**Marcella Bezerra Reis**

**CULTURA DO ESTUPRO: a mulher negra como a mais afetada**

**Rio de Janeiro**

**2021**

**Marcella Bezerra Reis**

**CULTURA DO ESTUPRO: a mulher negra como a mais afetada**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.**

**Orientadora:** Monica Vieira

**Rio de Janeiro**

**2021**

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”*

*Rosa Luxemburgo*

*Essa pesquisa é dedicada a todas as  
mulheres em pró da luta que enfrentamos dia após dia.  
É dedicada a todas as mulheres negras como forma de luta e resistência  
ao racismo e ao sexismo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a mim mesma por ter me desafiado a pesquisar sobre um tema de tamanha importância e ao mesmo tempo tão doloroso de ser debatido. Agradeço por ter engolido minhas dores e lágrimas para alcançar meu objetivo nessa pesquisa.

Agradeço à minha orientadora Monica Vieira por ter me acompanhado nesse longo processo sempre me motivando a continuar e mostrando minha capacidade. Além de ter me dado todo o apoio e suporte que precisei para deixar meu trabalho do jeito em que idealizei.

Agradeço a minha família e a minha namorada, em especial minha mãe e minhas irmãs que são minhas maiores fontes de inspiração, resistência e aprendizado desde que nasci.

Agradeço aos meus amigos e colegas da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio que passaram por esse processo junto comigo, que ajudaram no meu amadurecimento pessoal e profissional.

## **RESUMO**

Essa monografia aborda a cultura que reforça uma ideologia patriarcal que objetifica as mulheres e tem como objetivo compreender o lugar da mulher negra na cultura do estupro no Brasil. Baseado em metodologia qualitativa, foi realizada revisão literatura do tema e levantamento em redes sociais. A partir do levantamento no Twitter e no Instagram, identificamos que os resultados obtidos não refletem de forma geral a realidade analisada pela literatura.

**Palavras-chave:** cultura do estupro; mulher negra; patriarcado; feminismo;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO UM: A CULTURA DO ESTUPRO NO PATRIARCADO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Um sistema de abusos.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO DOIS: A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO TRÊS: METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO QUATRO: PERCEPÇÕES SOBRE A CULTURA DO ESTUPRO NO BRASIL .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 Culpabilização da mulher na sociedade .....</b>	<b>20</b>
<b>4.2 Objetificação da mulher negra .....</b>	<b>21</b>
<b>4.3 Naturalização da cultura do estupro .....</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

Esse estudo fala sobre uma cultura que é alimentada diariamente, uma cultura que descreve um ambiente que evidencia a violência sexual contra as mulheres e a banaliza. Essa cultura tão forte e presente é encorajada pela sociedade, ela faz com que a vítima dessa violência sinta culpa e vergonha, ainda que assim essa violência seja considerada um crime.

A palavra “cultura” dentro desse termo significa algo que foi criado por nós, que é construído de geração para geração e pode ser mudado. É necessário fortalecer a ideia que certas atitudes e pensamentos não podem ser passados adiante e nem considerados comuns e naturais.

“Cultura do estupro” é uma expressão usada desde a segunda onda feminista, que ocorreu na década de 1970. Este termo é usado para se referir a uma cultura que justifica e naturaliza a violência contra a mulher.

“O termo surgiu nos anos 1970, no âmbito do Movimento Feminista norte-americano, para conceituar um ambiente cultural em que leis, normas, valores e práticas favorecem a violência sexual contra a mulher, com base nas desigualdades de gênero, que fazem com que homens considerem mulheres sua propriedade e objeto natural de uma sexualidade exacerbada e violenta. A cultura do estupro articula representações sociais que naturalizam a violência sexual, culpando a vítima pelas agressões sofridas, e implica em sentimentos misóginos e machistas, banalizando uma das formas mais deploráveis de violência contra as mulheres.” (LIMA, 2017, p. 7-8)

Esta cultura reforça uma ideologia patriarcal que objetifica as mulheres. Ela tem uma grande influência no nosso dia-a-dia e pode ser vista em: músicas, propagandas, piadas, entre outras coisas que fazem parte de nosso cotidiano. Como por exemplo, a música “Sissi”, do cantor Alexandre Pires, que podemos ver nos versos a seguir:

“Ela se acha a última coca-cola do deserto  
A bunda mais linda do pagode esperto  
Ela tá precisando de um malandro certo.”

No verso acima, o cantor fortalece a ideia imposta pela sociedade que a mulher necessita de um homem para ser respeitada e questiona a autoconfiança da mulher com seu próprio corpo. Com isso, esse projeto busca entender também os motivos que levam a mídia a naturalizar a violência contra a mulher.

Devido a cultura de o estupro estar tão enraizada em nossa sociedade, é comum que até mesmo as mulheres a pratiquem e vê-se que ela tem seu início na criação do ser. Vamos explicar melhor: vivemos em um país extremamente patriarcal, onde as mulheres são educadas a cuidar da casa e dos filhos enquanto o homem é uma autoridade que necessita ser respeitada. Dessa maneira, quando crianças, meninas ganham panelas enquanto meninos ganham carros, meninas participam das tarefas domésticas enquanto os meninos não, as meninas são ensinadas a manter seus corpos sempre magros para agradar aos meninos, assim como também são ensinadas a não gostar de outras meninas que tem o corpo mais magro ou o cabelo mais liso.

Além de patriarcal, o Brasil é um país racista, o que me fez entender o porquê de as mulheres negras serem as mais afetadas pela cultura do estupro. Quando falamos sobre esta cultura, é imprescindível fazer a associação com a colonização de nosso país, pois desde a época da escravidão, mulheres negras eram abusadas pelos seus senhores de engenho, o que deu origem a miscigenação.

Segundo Djamila Ribeiro, em uma entrevista feita em 2016 com o jornal online “El País”, o racismo e a cultura do estupro estão ligados estruturalmente por conta de uma herança escravocata. De acordo com uma pesquisa feita pela Unicef chamada “Violência Sexual”, as mulheres negras são as que mais sofrem esse tipo de violência. Ribeiro também afirma que:

“Claro que todas as mulheres estão vulneráveis, suscetíveis a essa violência sexual. Mas quando a gente fala da mulher negra existe esse componente a mais que é o racismo. Existe também essa questão de ultra-sensualizar a mulher negra, colocar ela como objeto sexual, como lasciva... São tão desumanizadas que até a violência contra elas de alguma forma se quer justificar. Se eu luto contra o machismo, mas ignoro o racismo, eu estou alimentando a mesma estrutura (Ribeiro, 2016).”

Diante do conteúdo apresentado, essa pesquisa procurou responder a seguinte questão-norteadora: Por que a mulher negra é a mais afetada pela cultura do estupro?

Para responder esta pergunta, o estudo desenhou o seguinte objetivo geral: compreender o lugar da mulher negra na Cultura do Estupro no Brasil, tendo como objetivos específicos: descrever o processo de culpabilização da mulher na sociedade, identificar as expressões de naturalização da cultura do estupro, compreender a objetificação da mulher negra.

### **Justificativa**

Por morar em uma casa em que só vivem mulheres, desde cedo consegui enxergar quais são as dificuldades de ser uma. Ser mulher não é fácil e sinto isso todos os dias na pele, pois passar por

algum episódio de assédio é algo cotidiano. Mesmo sempre vivendo rodeada de mulheres, desde pequena fui ensinada que não posso vestir determinadas roupas, sentar de certas maneiras, falar de certos modos, entre outras coisas que os meninos podem.

Isso tudo por conta da cultura do estupro que justifica todo tipo de violência contra a mulher e acredita que o valor da mesma está relacionado ao seu corpo. Ser mulher e negra no Brasil me faz sofrer dois tipos de violência: a racial e a patriarcal. O que me fez questionar as vertentes dessas violências.

Segundo Lola Ferreira e Maria Martha Bruno, na matéria “No estado do Rio, negras são principais vítimas em crimes contra vida e estupros”, publicada em 26/11/2019 no site Gênero e Número, comprova-se que:

“Nos casos de feminicídio e homicídio doloso, mulheres negras representam 64% e 62% das vítimas, respectivamente. Elas também são maioria (58% e 57%) nas tentativas de homicídio e de estupro, e nos episódios de estupro (56%). Os dados de 2018 também mostram que, em relação aos crimes de danos e ameaça, a diferença em relação às brancas é ligeiramente menor: 51% das vítimas são negras.”

Segundo dados de 2015 divulgados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), vivemos em um país em que a cada onze minutos uma mulher é estuprada. Com o feminicídio<sup>1</sup> não é muito diferente, ocupamos o lugar de quinto país com mais feminicídios no mundo. Segundo ao Mapa de Violência 2015, a média de assassinatos é de 4,8 a cada 100 mil mulheres.

Esses são só alguns dos dados que nos ajudam a refletir sobre a importância do tema cultura do estupro. Precisamos entender que quando usamos esse termo não estamos falando somente da violência sexual contra a mulher, mas sim da construção social em vivemos que legitima essa violência e que sempre procura justificativas para apontar a mulher como culpada por sofrê-la.

---

<sup>1</sup> feminicídio: “quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino” (WAISELFISZ, 2015, p.7)

## CAPÍTULO UM: A CULTURA DO ESTUPRO NO PATRIARCADO

A submissão ao homem é uma das principais características de uma sociedade patriarcal. Acredita-se que somente homens são qualificados para conduzir a vida econômica, social e até mesmo a sexual. Essa submissão é histórica e não existe apenas dentro dos lares, mas também na vida política e no trabalho pelo fato de as mulheres terem sido inseridas nesse meio posteriormente aos homens.

Segundo o texto de Christine Delphy para o Dicionário Crítico do feminismo, o patriarcado intitula a construção social de que o homem é quem possui o poder e a mulher é oprimida, como uma espécie de dominação masculina. Delphy também assegura que:

“‘Patriarcado’ vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe*[1] (origem e comando). Essa raiz de duplo sentido se encontra em arcaico e monarquia. (Delphy, 2009)”

Quando paramos para refletir é possível perceber essa dominação do homem sobre a mulher, seja em “gestos pequenos” quanto em “gestos grandes”. Controlar a roupa que a mulher quer vestir, a maneira como ela vai gastar o seu dinheiro, fazer com que a mulher se sinta culpada por ser mais bem-sucedida, entre outras coisas cotidianas, são exemplos não só de submissão, mas também de violência contra a mulher.

Quando falamos em ideologia, falamos em um grupo de ideias, pensamentos e concepções que nós, indivíduos, vivemos e reproduzimos. É algo que na maioria das vezes passamos a diante sem nem perceber.

“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.” (CHAUÍ, 1980, p.43)

Deste modo, quando falamos de ideologia patriarcal, falamos de uma ideologia em que crê na “dominação masculina”. Pode-se dizer que:

“trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 237)

Uma das expressões disso pode ser percebida na política. Segundo o site Agência Câmara de Notícias, na matéria “Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara”, publicada em 29/03/2019, o Brasil preenche a 149 posição de 188 países no ranking de representatividade feminina no governo. O atual governo de Bolsonaro tem somente duas mulheres entre os vinte e dois ministros e só 9% de representatividade. O site também declara que:

“Segundo o Mapa Mulheres na Política 2019, um relatório da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar divulgado neste mês, no ranking de representatividade feminina no Parlamento, o Brasil ocupa a posição 134 de 193 países pesquisados, com 15% de participação de mulheres. São 77 deputadas em um total de 513 cadeiras na Câmara, e somente 12 senadoras entre os 81 eleitos.”

No trabalho também é muito comum que mulheres sejam submissas, muitas vezes exercendo cargos mais baixos ou exercendo o mesmo cargo e recebendo um salário inferior. A submissão dentro de casa também interfere no trabalho da mulher, pois muitos homens não aceitam mulheres mais bem-sucedidas do que eles, o que gera uma pressão psicológica, que muitas vezes pode fazer com que a mulher se sinta culpada por isso.

Essa construção social do patriarcado reflete diretamente na vida das crianças, pois desde pequenos meninos têm mais privilégios que as meninas e ganham uma educação com mais liberdade, sendo ela sexual, moral ou ambas. Um exemplo disso é a série de televisão “Eu, a Patroa e as Crianças”, estreada em março de 2001. Nesta série, o pai (e patriarca) da família incentiva seu filho adolescente (homem) a ter uma vida sexual, ao contrário de sua filha, também adolescente, que faz de tudo para que fique longe de meninos.

Além disso, meninas são sexualizadas mais cedo, o que faz com que a sociedade acredite que elas amadurecem mais rápido, mas na verdade não, elas apenas são sexualizadas precocemente e a mídia é uma grande influenciadora disto. Temos como um exemplo o programa do Silvio Santos transmitido no dia 22/09/2019, na emissora de televisão SBT. Neste programa, meninas entre sete e oito anos participavam de um concurso no qual seus corpos eram avaliados por três jurados convidados e pela plateia.

Esta erotização prematura acontece por conta de seus corpos que ainda não possuem pêlos como o de mulheres adultas, como também não contêm rugas, estrias, espinhas, varizes, e entre outras coisas que a sociedade abomina em corpos femininos.

A estética sob os corpos das mulheres é socialmente construída, existe uma “cultura do corpo perfeito” que é uma projeção de um corpo sem tudo o que foi dito anteriormente, sem gordura, e sinceramente, naturalmente inalcançável. Esta é uma cultura tão forte que muitas vezes faz com que as mulheres busquem a perfeição se submetendo a cirurgias plásticas desnecessárias só para se enquadrar neste padrão.

Segundo Aluísio de Ferreira Lima, Karina de Andrade Batista e Nadir Lara Junior no artigo “A Ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real”, de março de 2013, é declarado que:

“Na lógica capitalista de consumo, há uma valorização exacerbada do corpo feminino como objeto de gozo fálico, pois nesse lugar (o corpo da mulher) se diz que se pode gozar. Por isso, nessa lógica de gozo há uma ordem a ser cumprida: o corpo feminino passou a ter caráter de objeto de consumo, e como tal, indústrias especializadas passaram a produzir produtos corporais - cosméticos, remédios para emagrecimento, aparelhos de ginástica, moda e intervenções cirúrgicas. Tudo para manter o corpo saudável, jovem e belo, apto a ser devorado simbolicamente como objeto de gozo no laço social capitalista.

Na tentativa de se distanciar do corpo real, entendido como aquele marcado pela falta, muitas vezes a mulher, impelida por imperativo de gozo, busca compulsivamente modificar o corpo, recorrendo a métodos de remodelamento. São desde procedimentos superficiais aos mais invasivos, como as cirurgias plásticas e implantes.”

Com isso, podemos dizer que a estética do “corpo perfeito” que é projetada pela televisão, pelas capas de revista, entre outros meios de imagens, é só mais uma das inúmeras coisas que as mulheres se submetem a seguir para se enquadrar em um sistema.

### **1.1 Um sistema de abusos**

O estupro está implantado na base do machismo e do patriarcado, que são sistemas de opressão que predominam em nosso povo. Por isso é certo dizer que todas as mulheres já passaram por algum tipo de abuso sexual, seja em casa, no trabalho, na escola, na faculdade, em transportes, em locais públicos, ou em qualquer outro lugar. São necessárias diversas estratégias para fugir do estupro, como evitar certo tipo horário e lugares, não usar determinadas roupas e também se poupar de certas pessoas e situações.

Desde quando nós, Brasil, cumpríamos a legislação de Portugal, o estupro é considerado crime.

No entanto, a lei passou por diversas mudanças com o passar dos anos. No começo, nos Códigos

Penais de 1830, 1890 e 1940, o estupro era julgado como um crime que atentava contra os valores da sociedade, não contra a vítima, que era considerada culpada pelo crime.

No Código Penal de 1890, a pena para o crime cometido com uma chamada “mulher honesta” era maior que a de uma prostituta. O termo “mulher honesta” era usado pelo Código Penal Brasileiro para caracterizar o estupro até o ano de 2005, era definido como “ter conjunção carnal com mulher honesta”. Ou seja, pela lei até o ano de 2005 se a vítima tivesse fama de ter vários parceiros sexuais ou trabalhasse com prostituição, a pena do agressor seria reduzida.

Em 2009 houveram mudanças significativas para a lei contra o crime de estupro, que é o que seguimos atualmente, foi estabelecido como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele outro ato libidinoso”. Entretanto, mesmo com todos os avanços que tivemos, o que está em vigor no pensamento da maior parte da sociedade brasileira, é o que está no Código Penal de 1940 que limitava o crime de estupro à penetração peniana forçada.

Como dito na justificativa, no Brasil a cada onze minutos uma mulher é estuprada, e o canal “Superinteressante” do Youtube em seu vídeo “2 minutos para entender – Cultura do estupro” publicado no dia 07/06/2016, afirma que esses dados só representam 10% dos dados originais.

Isto ocorre porque o estupro é o único crime onde a vítima se sente culpada. A sociedade é uma das maiores causadoras dessa culpa, pois mesmo hoje em dia muitas pessoas acreditam que mulheres que usam roupa curta, bebem muito, saem desacompanhadas de seus parceiros, entre inúmeras outras coisas, dão motivos para serem estupradas.

As vítimas se calam por diversos motivos: medo, culpa, aceitação, falta de crença na lei e vergonha. Dentre todos esses motivos, a culpa é o principal. O fato de a sociedade condenar a vítima pelo crime muitas vezes faz com que a própria se culpe e busque erros em suas próprias atitudes para justificar o crime.

O mais lamentável é que quando a denúncia é feita, a vítima precisa repetir a história diversas vezes, seja na delegacia ou em casa para seus próprios familiares, e ainda assim corre risco de ser acusada e julgada por alguém. Além de em alguns casos ter que fazer exames onde seu corpo ainda abatido com o crime é tocado, o que muitas das vezes é desconfortável para quem o sofreu.

Esse sistema de subordinação e dominação que se consiste em patriarcado, é um sistema que julga, objetifica, menospreza e justifica a violência contra mulheres. Quando pensamos no lugar das mulheres negras nesse sistema, é imprescindível que façamos uma associação com a escravidão,

pois nesta época essas mulheres negras já se encontravam em um papel de subordinação maior ao das mulheres brancas. Essas mulheres eram, e ainda são vistas e tratadas de uma maneira diferente, tudo por causa do tom de pele.

## **CAPÍTULO DOIS: MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

É de extrema importância que seja discutida a diferença entre mulheres negras e mulheres brancas. Mesmo nos dias atuais, as mulheres negras ainda são consideradas inferiores as mulheres brancas, dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017, comprovam que mulheres negras que possuem idade entre 15 e 29 anos tem duas vezes mais chances de serem mortas no Brasil do que mulheres brancas com a mesma faixa etária. Mulheres negras ainda são maioria nos casos de violência sexual e de feminicídio.

Um caso de feminicídio negro que teve e ainda tem uma grande visibilidade é o de Marielle Franco. O crime ocorreu em 14/05/2020, na cidade do Rio de Janeiro. Marielle era filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e foi eleita vereadora do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, onde assumiria o cargo nos anos de 2017 a 2020. A vereadora tinha apenas 38 anos quando foi morta a tiros juntamente com seu motorista Anderson Gomes. Mulher negra, estudada, possuía um grande cargo e era uma forte influência dentro do movimento do feminismo negro, tudo aquilo o que incomoda a sociedade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2019, é comprovado que dos 71 milhões de lares existentes no Brasil no ano de 2018, quase metade são chefiados por mulheres (45%). Dados da quarta edição do estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2013 (IPEA) afirmam que mesmo que a maioria desses lares sejam chefiados por mulheres negras, essas mulheres ainda são minoria no mercado de trabalho.

Quando o assunto é desigualdade salarial, as mulheres pretas e pardas também são as mais afetadas. O livro publicado em 2017 “O que é lugar de fala?” da filósofa Djamila Ribeiro, traz esta discussão. No livro, Ribeiro declara que:

“(…) mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 20 de 2016, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). Ainda segundo a pesquisa, mulheres negras eram o maior

contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico.” (RIBEIRO, 2017, p. 23-2<sup>24</sup>)

Um dos reflexos desta desigualdade salarial é a diferença de escolaridade entre as raças<sup>2</sup>, que segundo a um estudo publicado pela IPEA 2017, mesmo a diferença estando em queda, ainda é grande. O estudo afirma que o nível de escolaridade que as pessoas negras alcançaram em 2015 é o mesmo que pessoas brancas já tinham em 1995. Segundo dados da quarta edição do mesmo estudo “Retrato de Desigualdades de Gênero e Raça” dito acima, quando falamos em taxa de escolarização do nível superior, a de mulheres brancas é de 23,8% e a de mulheres negras somente 9,9%.

O debate sobre a população carcerária feminina no Brasil é um assunto muito delicado, pois segundo uma matéria no site “Observatório das Desigualdades”, esta população teve um crescimento em torno de 675% desde o começo dos anos 2000. Desta população, 63,55% se consideram negras e pardas, ou seja, é certo afirmar que a maioria da população carcerária feminina no Brasil é formada por mulheres negras. Podemos apontar que um dos fatores que contribuem para isso é a dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, muitas mulheres acabam enxergando a vida de crimes como uma maneira de gerar renda para casa.

Outro tipo de violência em que se acredita que as mulheres negras são as mais afetadas, é a violência obstétrica. Segundo a Pesquisa Nascer no Brasil, em um estudo que buscava comparar puérperas negras com puérperas brancas, comprovou-se que as puérperas de cor preta possuem maior risco de ter um pré-natal inadequado. (LEAL, Maria do Carmo, 2017, p.05).

Esses fatores apontados acima são reflexos da nossa sociedade escravocrata, classista e patriarcal. É necessário voltar no tempo para entender toda a bagagem histórica que nossa sociedade carrega. Durante a escravidão, as mulheres negras além de fazerem o trabalho braçal que os homens faziam, também faziam as tarefas domésticas dentro das casas de seus senhores. Estas mulheres, além de estupradas por seus senhores de engenho, foram forçadas a gerar cada vez mais filhos quando o

---

<sup>2</sup> “O termo raça tem uma variedade de definições geralmente utilizadas para descrever um grupo de pessoas que compartilham certas características morfológicas. A maioria dos autores tem conhecimento de que raça é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, (...). Essas condições, no entanto, nunca são encontradas em seres humanos<sup>13</sup>. O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem.” (SANTOS, 2009)

tráfico internacional de escravos se tornou proibido, pois era necessário “criar” cada vez mais escravos, já que não era possível importá-los.

Se refletirmos sobre esses dados, é perceptível percebermos que tudo está interligado, vamos esclarecer melhor: com a abolição da escravidão, negros não tinham moradia, qualificações, e nem acesso à educação, o que restou a esta população o lugar de inferioridade, pois não houveram políticas públicas para a inserção deste povo na sociedade.

Os negros foram inseridos na sociedade sem alternativas, com um completo desamparo social, com uma diferença gritante de 300 anos das pessoas brancas. Não restaram muitas opções além de “aceitar qualquer tipo de emprego”, independente da condição que fosse, por isto, é certo afirmar que este atraso histórico é responsável pelos dados apresentados acima, mesmo com mais de 130 anos após a abolição da escravidão, ainda é possível enxergamos as marcas dela.

O lugar que as mulheres negras ocupam na sociedade, e a forma com elas são vistas até hoje é uma das heranças da escravidão, onde elas já eram abusadas. Existe uma construção social histórica que ao mesmo tempo que enxerga a mulher negra como forte a trata como inferior.

Mulheres pretas fazem parte de uma interseção da sociedade na qual é necessária ser explicada: sabe aquela famosa expressão “mulher guerreira” ? é uma das expressões patriarcais presente em nosso dia-a-dia. É utilizada para mulheres que conseguem conciliar o trabalho, com a casa e com os filhos. Assim como uns estereótipos racistas de que todo homem negro é bandido, forte, aguenta mais peso e conseqüentemente aguenta apanhar mais do que um homem branco, e inúmeros outros que são reproduzidos cotidianamente.

Então, quando dizemos que as mulheres negras estão nesta interseção, é por conta da visão da sociedade sobre essas mulheres. Elas são vistas como mulheres que aguentam de tudo sem precisar de afeto, de atenção, e que tem a obrigação de serem guerreiras. A verdade é que muitas dessas mulheres acabam sendo fortes e “guerreiras” por precisarem ser, não por querer. Precisam ser fortes pois são massacradas pelo racismo e pelo machismo diariamente, é necessário criar um mecanismo de defesa para suportar isto.

A solidão da mulher negra vem acompanhada da objetificação do seu corpo, que é maior do que a de mulheres brancas. Há um estereótipo sob este tipo de mulher, que ela sempre tem peito e bunda

avantajados, assim como lábios grossos e cintura fina. O famoso estereótipo da mulata <sup>3</sup> que tem que saber sambar. Mulata que tem um “corpão”, o que a torna boa para transar, mas não para casar. A famosa expressão “cor do pecado” diz um pouco sobre isso, quando usamos esse tipo de expressão objetificamos a cor negra como um pecado. A mulher negra é vista como vulgar, seu corpo é visto como um corpo exótico, pecador e proibido, que está sempre disponível e pode ser tocado a qualquer momento, cujo a finalidade é de satisfazer o desejo sexual do homem.

O tratamento que essas mulheres recebem da sociedade afeta também saúde mental das mesmas, pois imagine como é difícil viver em uma sociedade onde você só é vista de uma maneira sexual, onde você cresce sem se enxergar nas revistas e televisões porque você não tem a mesma cor de pele que as mulheres que são exibidas nesses lugares, nem o mesmo tipo de cabelo. Ou pior, imagine ser xingada e socialmente excluída por não ter essas características.

Além das macros agressões vividas por essas mulheres, existem as micro agressões, que muitas vezes as pessoas acabam cometendo sem o intuito de magoar ou machucar, cometem sem nem perceber, por conta de todo o racismo estrutural em que vivemos. Só para conseguir existir nesse mundo, é necessário enfrentar inúmeros obstáculos todos os dias. Por isso a luta da mulher negra é uma luta diária. Por isso é uma luta de classe, gênero e raça, pois ocupar a base da pirâmide social é um desafio grande e muitas vezes doloroso.

Com isso, devemos entender também o conceito de interseccionalidade. Se pensarmos em uma mulher, negra, LGBTQIA+, falamos de uma pessoa que sofre três tipos de violência, pois vivemos em um país onde o cisheteropatriarcado domina. Logo, a interseccionalidade, nada mais é que intersecção, o acúmulo de agressões cotidianas que essa mulher pode sofrer por conta de suas características.

Um vídeo publicado em dezembro de 2019 em um canal do Youtube chamado “Tô de Cacho” fala sobre o surgimento do conceito. Ele surgiu no ano de 1989, através da professora de direito Kimberlé Crenshaw quando a mesma leu um caso sobre uma mulher afro-americana que acusou uma fábrica de não ser contratada por ser mulher e negra. O caso foi separado como machismo e racismo e não obtiveram nada concreto para abrir o processo. Kimberlé deu início a pesquisas e

---

<sup>3</sup> “(mulata/o), palavra originalmente usada para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, entre duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro e inferior; (KILOMBA, 2019, p.19)”

conduziu iniciativas que mapearam as violências sofridas pelas mulheres negras das classes mais baixas. Porém é fácil encontrar a interseccionalidade bem antes disso.

A falta das mulheres negras em espaços políticos e no mercado de trabalho, é um exemplo de interseccionalidade. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalho e da independência, as mulheres pretas já trabalhavam desde a época de a escravidão e continuaram trabalhando mesmo quando ocorreu a abolição, pois não tiveram nenhum amparo governamental para serem incluídas na sociedade e precisavam garantir o seu sustento.

São inúmeras discriminações que denominam esse conceito e tornam evidente que quando falamos nas mulheres negras, falamos em uma condição de desvantagem às mulheres brancas. São violências unidas sofridas pelas classes mais desfavorecidas.

Então, precisamos entender que a interseccionalidade abrange lutas múltiplas, mas com suas individualidades. E por isso não é possível colocar todas as mulheres nas mesmas categorias, porque mulheres são diversas, partem de pontos distintos e possuem vivências diferentes.

## CAPÍTULO TRÊS - METODOLOGIA

A monografia baseia-se na abordagem qualitativa. Possui como estratégias de pesquisa a revisão da literatura sobre o tema por meio da busca nas bases de dados Scielo, tendo como referência os descritores cultura do estupro, mulher negra, feminismo e patriarcado. Outra estratégia foi o mapeamento de documentos e dados públicos sobre a situação da mulher negra tanto em instituições de governo quanto de pesquisa.

O levantamento de material empírico foi feito por meio da exploração de perfis em redes sociais, como Twitter e Instagram. No Instagram, foi realizado um acompanhamento sistemático em perfis públicos de acesso livre de mulheres negras que trazem depoimentos sobre o tema.

As duas enquetes ficaram centradas na percepção sobre o processo de culpabilização da mulher na sociedade; as expressões de naturalização da cultura do estupro; a objetificação da mulher negra. Buscaram compreender a percepção de diferentes sujeitos, tanto homens, quanto mulheres, sobre as questões do estudo.

No caso do Twitter, foi feita uma enquete que ficou disponível por sete dias e teve uma média de 254 respostas por questão. Foi postada em um foi feriado por volta das seis horas da tarde como uma estratégia para ter um maior alcance, visando que os sujeitos estariam em casa com mais tempo livre para utilizar as redes sociais.

De forma geral, a enquete realizada no Twitter não pode traçar um perfil de quem respondeu, pois os resultados não revelam as associações entre gênero, faixa etária, raça e classe social, o que sabemos que interferem na percepção sobre o tema.

Segundo a matéria “Conheça a demografia das redes sociais” publicada no dia 29/01/2020 no site Twist Systems, o Twitter é utilizado em sua maioria por jovens de 18 a 24 anos. Isso reflete diretamente na pesquisa, pois sabemos que os jovens estão cada vez mais inseridos em debates que englobam os temas da pesquisa.

Já a pesquisa realizada no Instagram, ao contrário do Twitter, pôde traçar um perfil de quem respondeu, pois fica evidente para o criador das enquetes o perfil de todos que participaram. Sendo assim, foi possível associar o gênero dos sujeitos que participaram, o que interfere diretamente no resultado.

Ela obteve um menor alcance e isto está relacionado com o tempo que a pesquisa ficou disponível na rede, que foi somente por 24h, mas mesmo com um menor número de respostas, obtivemos em média 166 respostas em cada pergunta feita.

A análise do material empírico buscou identificar tópicos centrais que permitem alcançar a maior compreensão sobre o tema e atingir os objetivos de estudo, como o capítulo seguinte apresenta.

No entanto, é necessário registrar que os resultados encontrados não permitem uma generalização, porque ficaram circunscritos os seguidores dos meus perfis pessoais. Ou seja, pessoas mais jovens em maioria com uma faixa etária entre 16-30 anos, mais escolarizadas que a média da população brasileira e moradoras de grandes centros urbanos.

## **CAPÍTULO QUATRO - PERCEPÇÕES SOBRE A CULTURA DO ESTUPRO NO BRASIL**

Neste capítulo apresentamos uma síntese sobre as percepções gerais encontradas a partir do levantamento no Twitter e no Instagram.

### **4.1 Culpabilização da mulher na sociedade**

Três perguntas foram feitas com o intuito de buscar averiguar a percepção dos indivíduos sobre a culpabilização da mulher na sociedade. Primeiramente perguntamos se eles já haviam sofrido algum tipo de preconceito por conta de seu sexo.

Ainda que em um perfil com pessoas de classe média, mais escolarizadas e moradores de grandes centros urbanos, é possível enxergarmos o preconceito. No Twitter contamos com 264 votos, 58% sim e 42% não, e no Instagram tivemos 170 respostas. Dessas respostas, 114 votaram sim e eram todas mulheres. Nos outros 56 votos, 33 homens responderam que não e os votos restantes foram de mulheres.

Na segunda pergunta que rodeou este objetivo, foi questionado se acreditam que a roupa justifica no caso de um assédio sofrido, onde obtivemos 260 no Twitter e 181 no Instagram. No capítulo um afirmamos que a sociedade acredita que mulheres que usam roupa curta, bebem muito, entre outras coisas, dão motivos para ser abusadas. Contrariando o pensamento de grande parte da população, conforme exposto na mídia, os sujeitos do estudo pertencem a um perfil que questiona esses ditados populares que reduzem o lugar da mulher como subordinada ao homem. No Twitter 5% dos indivíduos votaram sim e 95% não. Já no Instagram a resposta foi unânime, 100% dos indivíduos votaram não, sendo 152 mulheres e 29 homens.

O último tópico foi voltado para analisar se os sujeitos já se sentiram pressionados a fazer algo que não gostariam por causa de seu gênero.

Como dito acima, mesmo em um perfil com pessoas que possuem as características já citadas, é possível enxergar o preconceito sofrido pela mulher. Das 251 respostas no Twitter, 82% dos resultados foram sim e 18% foram não. No Instagram alcançamos 170 votos, onde 133 foram sim e 37 foram não. Apenas 9 homens votaram sim e os outros 122 votos restantes foram de mulheres. No caso da resposta não as mulheres também foram maioria com 26 votos e o resto foram dos homens.

## **4.2 Objetificação da mulher negra**

Para estudarmos a questão da objetificação da mulher negra também foram feitas três perguntas. Na primeira foi perguntando se o indivíduo já sofreu algum preconceito racial, alcançamos 263 respostas no Twitter, sendo 30% sim e 70% não. No Instagram foram 170 votos, sendo: 52 votos para sim, 11 homens e 41 mulheres e 118 votos para não, 14 homens e 104 mulheres.

Na outra pauta do estudo foi questionado se os indivíduos já se sentiram pressionados para fazer algo que não queriam por conta de sua raça, que foi a questão que contou com 246 respostas no Twitter, 20% sim e 80% não. No Instagram a pergunta contou com 25 votos para sim, onde 9 eram de homens e 14 de mulheres e 139 votos para não, onde 15 eram de homens e 124 de mulheres.

Pensando novamente na questão da caracterização dos sujeitos do estudo, com os resultados das duas questões acima podemos sugerir que a maioria dos respondentes eram brancos, e por isso, não refletem a realidade expressa na sociedade e nem os dados apresentados no estudo.

No seguinte ponto do estudo foi perguntado aos sujeitos se eles acreditam que as mulheres negras sofrem mais com o machismo que as mulheres brancas, tivemos 264 votos no Twitter, onde 85% foram sim e 15% não. Com 159 respostas no Instagram, 147 foram sim e 12 não. Dos votos sim, 126 eram mulheres e 21 homens. Dos votos não apenas 1 era homem.

Esses resultados se aproximam dos dados divulgados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017, que comprovam que mulheres negras têm mais chances de serem mortas no Brasil do que mulheres brancas. E que mulheres negras ainda são maioria nos casos de violência sexual e de feminicídio.

## **4.3 Naturalização da cultura do estupro**

Nas perguntas para estudar a naturalização da cultura do estupro começamos de uma forma simples, perguntando aos respondentes se eles acreditam que deveria existir “brincadeira de menino” e “brincadeira de menina”, onde obtivemos retorno de 283 pessoas no Twitter, onde 6% pessoas responderam sim e 94% não. No Instagram tivemos retorno de 173 pessoas, 8 pessoas votaram sim, sendo 5 homens, e 165 votaram não, onde 24 eram homens e o restante mulheres.

Como desenvolvido na introdução, a construção social do patriarcado repercute na vida das crianças, já que os meninos têm mais privilégios que as meninas e recebem uma educação com mais liberdade, desde as brincadeiras até a participação nas tarefas domésticas. Em nosso estudo a percepção é de que não deve existir esse tipo de privilégio que oferece mais liberdade aos homens.

No penúltimo ponto da pesquisa foi feita a pergunta que aborda a questão central do estudo, que buscou captar o conhecimento sobre o termo cultura do estupro. No Twitter foram 252 votos, sendo 85% sim e 15% não. No Instagram tivemos um alcance de 168 resultados. A maioria dos sujeitos responderam que sim, o que totalizou 153 dos votos, sendo 131 deles de mulheres e o restante de homens. Apenas 15 pessoas responderam que não e somente duas dessas pessoas eram homens.

A última pergunta era um gancho da anterior, perguntamos às pessoas se elas acham que essa cultura existe. Contamos com apenas 223 respostas no Twitter, onde 96% responderam que sim e 4% responderam que não. No Instagram tivemos apenas 142 votos. Desses votos, 129 foram para sim, onde 111 foram de mulheres e 18 de homens e tivemos 15 votos para não, sendo apenas 3 de homens.

As respostas parecem indicar uma concepção mais ampliada do significado do estupro, se afastando do pensamento da maior parte da sociedade brasileira, que restringe o crime de estupro à penetração peniana forçada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda que os resultados encontrados nas redes sociais demonstrem uma sociedade menos sexista e racista, os dados encontrados nesse estudo revelam que o preconceito segue de maneira intensa. Mesmo com as conquistas femininas como: o direito de votar, trabalhar, ser mãe solteira, estudar, entres outras, a sociedade segue atribuindo um valor subalterno à mulher e a enxerga de uma maneira ainda muito próxima ao retratado na história dos séculos passados.

Esse contexto se refere a cultura do estupro, que mesmo com o aprimoramento das leis, a cultura do estupro permanece viva. Existe um descompasso entre o tempo da formulação das novas leis e o tempo da transformação social.

Isso porque ainda nos primeiros Códigos Penais o estupro já era considerado crime e mesmo com todos os avanços, os casos de abuso continuam ocorrendo.

Conclui-se que a mulher negra é a mais afetada por esta cultura, pois é o alvo de duas violências combinadas, que são o machismo e o racismo. Pois como afirma a socióloga Djmila Ribeiro, ainda nos dias atuais a mulher negra é vista como o outro do outro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(LIMA, L. L. G. - Cultura do Estupro, Representações de Gênero e Direito, Vol. 4(2), 2017, p. 7-8)

Música Machista Popular Brasileira disponível em: <http://mmpb.com.br>, acesso em 07/11/2019

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto, 1992, p. 237

[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046\\_029192.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046_029192.html), acesso 10/11/2019

Ribeiro, Djamila. É preciso discutir porque a mulher negra é a maior vítima de estupro no Brasil. Entrevista realizada por Marina Novaes no Jornal El País, disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046\\_029192.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046_029192.html)

Ferreira, Lola e Bruno, Maria. No estado do Rio, negras são principais vítimas em crimes contra vida e estupro. No site Gênero e Número, disponível em <http://www.generonumero.media/mulheres-negras-crime-estupro-brancas/>, acesso em 10/02/2020

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178.

<https://medium.com/qg-feminista/teorias-do-patriarcado-7314938c59b>

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora. 1980.

Sudré, Lu. Um estupro a cada 11 minutos. No site UNIFESP, disponível em <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/edicao-atual-entreteses/item/2590-um-estupro-a-cada-11-minutos>, acesso em 07/10/2020.

Waiselfisz, Julio. Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil, 2015, p.7/p.72.

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017, 2017, p.15. No site Biblioteca Digital, disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/215>, acesso em 07/10/2020.

Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 4º edição, 2011, disponível em <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>, acesso em 29/10/2020.

Mendonça, Heloisa. Mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos no Brasil. No site Jornal El País, disponível em <https://economia.ig.com.br/2019-05-22/numero-de-mulheres-que-chefiam-lares-sobe-pela-3-vez-mas-ainda-e-minoria.html>, acesso em 03/11/2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala;. Editora Letramento. 2017.

Estudos mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. No site Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526), acesso em 04/11/2020.

O aumento do encarceramento feminino no Brasil: pobreza, seletividade penal e desigualdade de gênero. No site Observatório das Desigualdades, disponível em <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=975>, acesso em 04/11/2020.

LEAL, Maria do Carmo et al . A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. 2017

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2017001305004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2017001305004&lng=en&nrm=iso)

LIMA, Aluísio, BATISTA, Karina e JUNIOR, Nadir. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. 2013.

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141373722013000100006&lang=en#n02](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722013000100006&lang=en#n02)

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. 2019

<https://atelieterreiro.files.wordpress.com/2020/05/terminologias-da-grada-kilomba.pdf>

SANTOS, Diego. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. 2009.

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-94512010000300015](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000300015)

Mattos, Bruno. Conheça a demografia das mídias social (2019). No site Twist Systems, disponível em:

<https://www.twist.systems/pt-br/blog/2020/01/29/demografia-das-midias-sociais-de-2019/#:~:text=O%20grupo%20de%20usu%C3%A1rios%20mais,representando%2032%25%20de%20seu%20total.>, acesso em 05/03/2021.

<https://www.youtube.com/watch?v=4ZT3rQpvySY>

<https://www.youtube.com/watch?v=7a2uY64IwXY>